

CONTRATO Nº 2026.08.26.03

O **GOVERNO MUNICIPAL DE ITAPAJÉ, CEARÁ**, com sede na Rua Major Joaquim Alexandre, nº 140, Centro - Itapajé/CE | CEP: 62.600-000 - Itapajé/CE, inscrito no CNPJ/ME sob o Nº 07.683.956/0001-84, por intermédio da **SECRETARIA DE SAÚDE**, neste ato representado(a) pelo(a) seu(ua) respectivo(a) Secretário(a)/Ordenador(a) de Despesas, Sr(a). **RAIMUNDO ANDERSON SILVA DE OLIVEIRA**, doravante denominado(a) de **CONTRATANTE**, no final assinado e a Empresa **POSTO ITAJAVÉ LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº **02.439.720/0001-83**, com sede na ROD.BR 222, KM 125 Nº 100 BAIRRO FERROS CEP/62.600-000, Itapajé-CE, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **JOSÉ PONTES DE ALMEIDA**, inscrito(a) no CPF Nº **186.290.243-72**, doravante denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. Constitui o objeto do presente contrato **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DA SAÚDE E SECRETARIA DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE ITAPAJÉ/CE.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico tombado sob o nº 2026.07.29.01 em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Nova Lei das Licitações Públicas.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

3.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as condições previstas neste contrato, no edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência, assumindo, entre outras, as seguintes obrigações

3.1.1. Assinar e devolver a Ordem de Compra emitida pelo Município de Itapajé/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do seu recebimento.

3.1.2. Realizar o abastecimento imediato, nas bombas de combustível do estabelecimento, desde o recebimento da Ordem de Abastecimento/Nota de Empenho, garantindo disponibilidade contínua durante a vigência contratual.

3.1.3. Fornecer combustível em conformidade com as especificações da ANP, Termo de Referência, proposta vencedora e demais normas aplicáveis.

3.1.4. Responder integralmente pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes da execução do contrato.

3.1.5. Responder pelos danos que causar, direta ou indiretamente, à Administração ou a terceiros, por ação ou omissão, culposa ou dolosa.

3.1.6. Substituir imediatamente, às suas expensas, qualquer combustível adulterado, contaminado ou fora dos padrões da ANP.

3.1.7. Aceitar acréscimos ou supressões até 25%, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.8. Atender de forma tempestiva às solicitações do Município durante a execução contratual.

3.1.9. Manter posto de combustível situado no raio máximo de 30 km da sede do Município de Itapajé/CE, conforme exigido no edital.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE



4.1. Compete à CONTRATANTE, no âmbito de suas atribuições legais e administrativas, assegurar as condições adequadas à boa execução contratual, observando, especialmente, as seguintes responsabilidades:

4.1.1. Emitir as Ordens de Compra ou Autorizações de Fornecimento de forma clara e objetiva, especificando a quantidade, o local e o prazo para entrega, em conformidade com as disposições contratuais, de modo a permitir à CONTRATADA o adequado planejamento da entrega.

4.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão designada, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas e o fornecimento dos combustíveis em conformidade com as especificações técnicas, condições de qualidade e demais exigências contratuais.

4.1.3. Informar formalmente à CONTRATADA, de forma imediata, sobre qualquer não conformidade identificada nos produtos entregues, indicando os pontos a serem corrigidos e estabelecendo prazo razoável para a devida substituição, quando for o caso.

4.1.4. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para viabilizar eventual substituição dos produtos, especialmente quando identificadas falhas que comprometam os padrões técnicos ou sanitários exigidos.

4.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste contrato, desde que atendidas integralmente as obrigações contratuais e comprovada a entrega dos bens em conformidade com o estabelecido.

4.1.6. Garantir o acesso da CONTRATADA aos locais de entrega previamente definidos, inclusive à Unidade Gestora, sempre que necessário ao fiel cumprimento do contrato.

4.1.7. Prestar, com brevidade e clareza, os esclarecimentos e informações solicitados pela CONTRATADA, sempre que relacionados à execução contratual, com vistas à adequada prestação do objeto.

4.1.8. Zelar pela transparência e regularidade de todos os atos praticados no âmbito da execução contratual, garantindo a comunicação efetiva e contínua com a CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E ENTREGA DOS MATERIAIS LICITADOS

5.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, produzindo seus efeitos jurídicos e legais até **31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado conforme as hipóteses previstas no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração.

5.2. O abastecimento deverá ocorrer **de forma imediata** nas bombas de combustível do estabelecimento da licitante vencedora, após o recebimento da **Ordem de Compra, Autorização de Abastecimento, Nota de Empenho** ou documento equivalente emitido pelo órgão contratante.

5.2.1. O abastecimento dos veículos das Secretarias contratantes será realizado **exclusivamente no Município de Itapajé/CE**, conforme demanda, mediante autorização prévia para abastecimento e dentro dos prazos estipulados, devendo atender rigorosamente às especificações constantes da proposta vencedora, deste Termo de Referência e do edital, observados os quantitativos autorizados.

5.2.3. Qualquer interrupção no fornecimento deverá ser previamente **justificada, planejada e formalmente aprovada** pela Prefeitura Municipal de Itapajé/CE, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato.

5.2.4. A contratada deverá garantir integralmente a **qualidade, pureza, procedência e conformidade** dos combustíveis fornecidos, devendo, caso constatada adulteração, contaminação ou qualquer desconformidade com os padrões estabelecidos pela **Agência Nacional do Petróleo – ANP**, realizar a **substituição imediata**, às suas expensas, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal cabível.

Fica facultado à Administração a realização e/ou acompanhamento de testes periódicos de qualidade, bem como o acesso às notas fiscais de aquisição dos combustíveis junto às distribuidoras.



5.3. Forma de entrega, acompanhamento e fiscalização

5.3.1. O fornecimento dos combustíveis deverá ocorrer conforme a necessidade dos órgãos interessados durante a vigência contratual, mediante a expedição de **Ordem de Compra, Autorização de Fornecimento** ou **Nota de Empenho**, emitida pelo órgão requisitante, contendo a relação dos itens e as respectivas quantidades autorizadas para abastecimento.

5.3.2. A entrega e o abastecimento serão acompanhados e fiscalizados por servidor designado pelo órgão demandante, que deverá proceder ao **atesto dos documentos da despesa**, condicionando o pagamento ao efetivo e regular fornecimento.

5.3.3. A presença da fiscalização não afasta, limita ou mitiga a responsabilidade integral da contratada quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, permanecendo esta responsável pelos vícios, irregularidades, qualidade e conformidade dos produtos fornecidos.

5.3.4. Caberá ao servidor fiscal rejeitar, total ou parcialmente, o produto que não atender às exigências do edital, da proposta ou das normas técnicas vigentes, podendo determinar **prazo para substituição** quando constatada inadequação, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Nº 14.133/21, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pela CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito, reconhecido os direitos da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

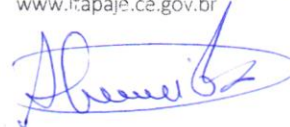
7.1.13. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

7.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.2.1. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.2.2. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

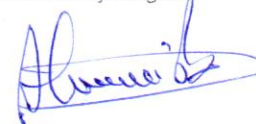
7.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



- a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 7.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.6.** A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 7.7.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 7.8.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR.
- 7.9.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.10.** O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.11.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.12.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O valor global do presente avença é de **R\$ 633.166,62 (SEISCENTOS E TRINTA E TRÊS MIL SENTO E SESENTA E SEIS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS)**, a ser pago até 30 (trinta) dias, conforme os abastecimentos realizados, contado da apresentação da fatura, se superior aquele limite, observada a ordem cronológica estabelecida no Art. 12, inciso II e Art. 141 da Lei nº 14.133/2021, após protocolização e aceitação Notas Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela comissão competente. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação de regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme especificações abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VL. UNID (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	GASOLINA COMUM	LT	32.118	7,69	246.987,42
2	ÓLEO DIESEL S10	LT	50.880	7,59	386.179,20
VALOR TOTAL R\$ 633.166,62 (SEISCENTOS E TRINTA E TRÊS MIL SENTO E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS)					

8.2. O pagamento será efetuado conforme os abastecimentos realizados.

8.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta específica, após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais e recibos à tesouraria, juntamente com Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais; Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual; Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal; Prova de Regularidade relativa ao FGTS; Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e o Contrato, correspondentes ao objeto fornecido, depois de atestado pelo setor competente;

8.4. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências;

8.5. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) Quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) Inadimplência da CONTRATADA na execução do contrato.

8.6. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do artigo 124, Inciso II, alínea "d" da Lei Nº 14.133/21, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da Classificação Orçamentária prevista no manual com a seguinte Dotação: 0902 10 301 0004 2077, 0902 10 301 0021 2079;

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.30.00 - Fonte de Recursos: PRÓPRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FISCAL DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

10.1.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

10.1.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO DO CONTRATO



11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

11.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



11.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

11.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelos arts. 124 e 125 da Lei Nº. 14.133/21, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

14.1. Este contrato encontra-se subordinado a Legislação específica, consubstanciada na Lei Nº 14.133/21, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado;

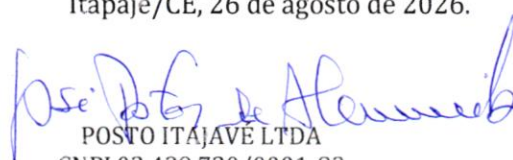
14.2. Fica eleito o Foro da Cidade de Itapajé/CE, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente;

14.3. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Itapajé/CE, 26 de agosto de 2026.



RAIMUNDO ANDERSON SILVA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE
CONTRATANTE



POSTO ITAJAVÉ LTDA
CNPJ 02.439.720/0001-83
JOSÉ PONTES DE ALMEIDA
CPF Nº 186.290.243-72
CONTRATADA

Testemunhas:

1. Ronaldo Gomes Rodrigues Cruz CPF: 056.345.743-07
2. Giselle Sousa Murgitz CPF: 098.770.053-79

